



---

## Apontamentos Prático-Teológicos a Partir da Doutrina da Trindade

Reginaldo von Zuben

### Resumo

A doutrina da Trindade foi formulada num contexto de grandes debates e conflitos teológicos. Diante de várias correntes consideradas heréticas, o Concílio de Nicéia e Calcedônia sustentou a definição como *una substantia - tres persona* (Tertuliano) por meio do conceito *homoousios*. Atualmente, a doutrina da Trindade vem oferecendo apontamentos relevantes para atualidade da igreja e fé cristãs diante da realidade mundial marcada pelo individualismo, sectarismo e exclusão: a unidade na diversidade ou multiplicidade; comunhão convidativa, integradora e unificadora; e ao aspecto missionário tendo Cristo como referencial em seu auto-esvaziamento e obediência irrestrita em direção à cruz e glorificação.

### Abstract

The Trinity doctrine was elaborated in a context of huge debates and theological conflicts. Facing different heretical theories, The Nicene and Chalcedon Council sustained the concept of *una substantia - tres persona* (Tertulian) through the *homoousios* influence. The current Trinity doctrine has been offering relevant perspectives for the active church and the Christian faith before the reality marked wordly by the individualism, sectarianism and exclusion: that is, the unity is in the diversity or multiplicity; an invitation to the fellowship, integration and unity; and also to the missionary relevance preaching Christ as the reference by making himself nothing and obeying without any restriction in direction to the cross and his glorification.

### Introdução

A experiência e as impressões que tive com respeito à doutrina da Trindade no meu período de graduação em teologia não foram as melhores. Achei uma doutrina muito complicada, complexa, com alto rigor acadêmico e discussões que, a princípio, não levariam a lugar algum, pois não percebia nada de relevante ou prático para a fé cristã associado à nossa cultura e contexto. Para mim, aquela clássica discussão terminológica sobre *homoousios* (de uma só substância) do Concílio de Nicéia e Constantinopla serviu apenas para o aprendizado de uma rápida questão: Ário foi um herege. Por fim, concluí naqueles dias que dificilmente iria pregar, ensinar ou levantar questionamentos sobre a doutrina da Trindade no ministério pastoral. Talvez entraria num "beco sem saída" - era meu receio. Melhor seria deixá-la quieta, intocável, já resolvida e formulada, visto que não oferecia nada de concreto para a fé e nem para os desafios e atividades da igreja até então.



Creio que esse "privilégio" acerca da doutrina da Trindade não foi uma experiência particular, única, reservada somente à minha pessoa enquanto estudante. Talvez vários outros passaram pela mesma situação e, pior, como pastores(as) estão sustentando a mesma impressão adquirida já há anos, sem a perspectiva de algo novo e enriquecedor para a fé, para a igreja e para os ministérios cristãos em nosso atual momento a partir da referida doutrina.

O tema deste artigo diz respeito ao conteúdo e importância que a doutrina da Trindade exerce sobre a fé cristã e a alguns apontamentos sobre seu caráter prático, relevante e exortativo para nós, cristãos, neste início de século. Minha intenção é destacar como alguns teólogos a estão pesquisando, refletindo e o que estão extraindo de significativo tanto à reflexão teológica como à prática pastoral. Desse modo, não poderia deixar de mencionar certas implicações histórico-teológicas ligadas à elaboração e constituição da doutrina da Trindade, procurando não me deter tanto às questões metafísicas ou ontológicas em torno do ser de Deus, e após breves considerações sobre o essencial dessa questão, destacarei apenas três perspectivas atuais diretamente relacionadas à nossa opinião pessoal, teológica e pastoral.

Espero que esse artigo contribua para amezinar ou quem sabe melhorar, o pouco que seja, a antiga impressão que menospreza, relativiza e oculta o valor e as contribuições da referida doutrina no que diz respeito ao ministério pastoral, à vida em comunidade e à perspectiva missionária que é intrínseca à fé cristã.

## 1. Considerações teológicas acerca da doutrina da trindade

A doutrina da Trindade surgiu e foi aceita pela fé cristã num contexto de grandes conflitos e intensos debates teológicos. Por muito tempo a doutrina da Trindade se tornou intocável. Após os primeiros quatro séculos, as preocupações teológicas e doutrinárias da igreja deixaram de ser em torno da pessoa e natureza de Cristo e, conseqüentemente, em torno da doutrina da Trindade. Atualmente, essa doutrina vem chamando a atenção de alguns teólogos renomados devido ao seu aspecto prático, missiológico, comunitário e desafiador para a igreja cristã.

O conteúdo básico da doutrina da Trindade é tão somente afirmar a existência de três Pessoas em um único Deus: Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo. Talvez, a mente humana não tenha condições ou nunca assimile satisfatoriamente como ocorre esse mistério. Fomos educados e somos influenciados constantemente pela razão técnica, pela lógica matemática-calculista, pela verdade pragmática que pretende entender tudo para poder dominar e controlar e, assim, está além da nossa capacidade limitada atingir a compreensão racional-ontológica acerca desta doutrina. Tal questionamento, por exemplo, foi levantado numa das composições de Renato Russo, líder e cantor do grupo *Legião Urbana*, na canção intitulada "Índios":

Quem me dera, ao menos uma vez,  
entender como um só Deus ao mesmo tempo é três,



---

e esse mesmo Deus foi morto por vocês  
é só maldade deixar um Deus tão triste.

A existência de três Pessoas em um único Deus (Trinidade) tornou-se o mistério central da fé cristã. Tal doutrina sempre ocupou importante espaço na teologia cristã, principalmente no que se refere à doutrina sobre Deus. A Igreja Antiga, preservando a herança da tradição apostólica, sempre a valorizou em seus momentos de culto e a mesma sempre ocupou lugar de destaque nas elaborações litúrgicas e nos ritos sacramentais (por exemplo: a bênção apostólica, o batismo). Keeley (2000, p. 209) afirma que “essa crença a respeito de Deus leva-nos ao próprio âmago da vida da Igreja”.

Tertuliano foi o primeiro a utilizar o termo *Trindade* e a expor uma definição fundamental que acabou sendo o referencial para o desenvolvimento da doutrina, conforme afirma Tillich:

A fórmula de Tertuliano acabou entrando para os credos latinos da Igreja Católica Romana. “Preservemos o mistério da economia divina que dispôs a unidade em trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, três não em essência, mas em grau, não em substância, mas em forma”. Temos aqui pela primeira vez a palavra *trinitas*, introduzida por Tertuliano na linguagem eclesiástica. Falou também da unidade na trindade, negando qualquer forma de tendência triteísta (1998, p. 55).

Em meio a tantos conflitos ligados à natureza e o lugar de Jesus Cristo em e diante de Deus nos primeiros séculos, a solução aceita no decorrer da história, elaborada nos Grandes Concílios Ecumênicos da Patrística, conforme já indicara Tertuliano, foi que as três Pessoas (Pai, Filho e Espírito Santo) procedem da mesma essência ou substância, ou seja, o Deus único existe e vive em três pessoas, sendo que tais pessoas são realmente distintas entre si, embora não haja qualquer conflito interno entre elas, mas uma comunhão plena, perfeita, total e de contínua complementariedade.

É bom destacar que o conceito “pessoa” no contexto patrístico possui conotações e significados diferentes ao compararmos com a maneira como o entendemos hoje. O termo latino *persona*, do vocábulo grego *prosopon*, significava uma máscara usada pelos atores a fim de representarem certos personagens. Portanto, “pessoa” era uma representação e não indicava questões associadas à personalidade, autonomia, individualidade ou capacidade de raciocinar e agir independentemente do outro (aspecto da sociabilidade). Tal conceito associado à doutrina em questão resulta no fato de que “temos na trindade três faces, três semblantes, três expressões características da divindade, no processo da auto-explicação divina” (Tillich, 1998, p. 56).



Portanto, as três Pessoas da Trindade identificam-se em uma só natureza divina, são da mesma substância, sem que essa substância seja aceita como um quarto elemento, como queriam os modalistas ou o sabelianismo. Entre as três pessoas também não existe hierarquia, isto é, uma pessoa sendo inferior em relação às outras, como se Jesus estivesse abaixo de Deus, mas acima do Espírito Santo. Abaixo se encontra uma descrição com as três correntes que mais se destacaram contra a doutrina da Trindade nos primeiros séculos da igreja cristã, sendo que o arianismo foi a que mais motivou a geração das principais controvérsias e dos Concílios Ecumênicos de Nicéia e Calcedônia no século IV.

**MODALISMO ou SABELIANISMO:** Afirma que nenhuma das três pessoas é Deus, pois Deus está acima do tempo e das circunstâncias de Pai, Filho e Espírito Santo, mas aparece sucessivamente nesses três papéis para criar, redimir e santificar. Assim, o modalismo reduz a Trindade a meras aparências sucessivas, ou seja, as três Pessoas não existem ao mesmo tempo, pois ora Deus se apresenta como Pai, ora como Filho, ora como Espírito Santo. Tal opinião surgiu em Roma, em torno do ano 190 d.C., final do século II. Principais representantes dessa corrente foram Paulo de Samósata e Sabelius.

**SUBORDINACIONISMO:** Identifica o Pai com Deus e sempre o enviado é inferior ao que envia. Assim, Jesus é um ser abaixo de Deus, um intermediário, uma espécie de semi-deus. Jesus é o primeiro ser criado pelo Pai e o Espírito Santo é apenas uma influência divina. O Concílio de Nicéia e Constantinopla afirmou que o Filho e o Espírito Santo são co-essenciais com o Pai, e o Concílio de Constantinopla sustentou a mesma noção para o Espírito Santo.

**ARIANISMO:** É o movimento que surgiu no início do século IV d.C. com Ário, bispo da Igreja de Alexandria, que rejeitava a unidade da essência e propunha uma subdivisão da substância divina. Considerava que o Filho havia surgido de algum modo de dentro do ser de Deus. Isso implicava em afirmar que houve um tempo em que o Lógos (o Cristo) não era. Para Ário, Cristo era uma espécie de deus inferior, um ser criado, de modo algum uno com o Pai em essência ou eternidade. Ora, afirmar que o Lógos também é uma criatura é aceitar que o Filho tem origem num determinado tempo e que não procede da mesma substância que o Pai. Isso incorreria afirmar a existência de dois deuses distintos, criando um sério problema para a noção monoteísta da fé cristã.

Houve outras contestações, mas por hora basta um resumo geral das três descritas acima. O ensino oficial da igreja, após o combate às heresias em torno da doutrina da Trindade, está presente nas afirmações dos Credos Niceno e Apostólico (ambos disponíveis em: <http://www.teologia.org.br/estudos/credos.htm>): "Creio em Deus Pai ... Filho ... Espírito Santo" (Credo Apostólico) e "Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho unigênito de Deus, gerado do Pai antes de todos os séculos; Deus de Deus, Luz de Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus; gerado, não feito; consubstancial com o Pai, por quem todas as coisas foram feitas; que por nós e para



nossa salvação desceu dos céus e encarnou, por obra do Espírito Santo, da virgem Maria, e se fez homem ... Creio no Espírito Santo, Senhor Doador da vida, procedente do Pai e do Filho; que, com o Pai e o Filho, é juntamente adorado e glorificado; o qual falou pelos profetas" (Credo Niceno-Constantinopolitano).

Um dos fatores que incomoda bastante os cristãos mais conservadores ou literalistas é o fato da palavra *Trindade* não ser bíblica e não ser uma doutrina literalmente afirmada pelas Escrituras. Contudo, apesar de bíblicamente não haver a afirmação literal e muito menos uma palavra correspondente a ela, isso não significa que a mesma seja antibíblica. Pelo contrário, as Escrituras, ou melhor, cada autor a seu modo, aponta para a idéia, possibilidade e elaboração da doutrina da Trindade. A maioria dos teólogos e dos livros de Teologia Sistemática, ao tratar sobre esse assunto, fazem questão de fundamentar e evidenciar bíblica e hermeneuticamente os elementos presentes nas Escrituras para aceitação e legitimação acerca da noção Trinitária. Esse é o caso, por exemplo, de Catão:

A palavra Trindade, de fato, não existe em nenhum escrito do Novo Testamento. No século II, Teófilo de Antioquia e Hipólito falam de três referindo-se a Deus, mas é preciso esperar Tertuliano, ligeiramente posterior, para encontrar na literatura cristã a palavra Trindade. A realidade, porém, do Filho com o Pai no Espírito Santo encontra-se largamente atestada no Novo Testamento, como veremos (2000, p. 4).

A mesma preocupação encontra-se com as Escrituras relacionadas ao Primeiro Testamento (Antigo) com alguns teólogos utilizando-se de passagens isoladas (como Is 6: 3; Gn 18; Gn 1: 2 e 26 – com a conjugação na primeira pessoa do plural "façamos" utilizado por ocasião da criação do ser humano, concepção proveniente do termo *Elohim* que também é conceito plural para se referir a Deus), o que não oferecem boas sustentações hermenêuticas para justificar ou afirmar a noção Trinitária. Contudo, fundamentos mais sólidos são oferecidos a partir da noção da personificação da Sabedoria (livro de Provérbios, principalmente) e do Verbo criador e redentor (Gn 15: 1; Am 5: 1 a 18; Sl 32: 6 a 9; Sl 147 e 18).

É no Novo Testamento, principalmente com a encarnação e advento de Jesus Cristo, que encontramos as principais referências que fundamentam e solidificam a doutrina da Trindade, como, por exemplo, em alguns textos paulinos (1 Co 1: 24 e 30; 1 Co 8: 6; Rm 8: 9; 5; Tt 2: 13), no Evangelho joanino com a noção do Verbo encarnado (Jo 1: 1 a 12; 1 Jo 5: 20), em outras passagens (Mc 1: 9 a 11) e nas palavras em que Jesus refere-se diretamente à sua unidade Deus (Jo 14: 1 a 31; Mt 28: 19).

É claro que a interpretação bíblica e a utilização de conceitos do pensamento grego foram motivos que acirraram as discussões teológicas e ambos Concílios



(Nicéia e Constantinopla) sentiram a profundidade de tais conflitos, como afirma Catão:

Que houve confronto quanto à fé não resta dúvida, mas pode-se pensar que esse confronto, no Concílio, não foi direto. Havia unanimidade quanto à rejeição do arianismo. Foi indireto, pois se tratava de optar por uma posição de tipo fundamentalista, afirmando e reafirmando sempre o que se diz na Bíblia, ou por uma posição dialogante, buscando uma expressão que tornasse viável ao pensamento filosófico grego a fé em Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, e na comunhão de Jesus, o Filho unigênito, com o Pai, no Espírito Santo (2000, p. 25-26).

Contudo, o que prevaleceu para a formulação e conclusão dos Credos Patrísticos foi a posição dialogante. Afirmar que o Filho é da mesma substância (homoousios) ou consubstancial com o Pai se tornou uma expressão fundamental e indispensável à fé cristã. Não que os problemas tenham sido resolvidos mediante a utilização do termo citado juntamente com o seu significado para a fé, mas os fundamentos e a direção para se crer no Deus Trinitário foram estabelecidos.

Um pouco mais tarde, o pensamento teológico sobre a doutrina da Trindade de Agostinho será o ponto de referência de toda educação religiosa na Idade Média. Aliás, Agostinho dedicou grande parte de suas reflexões sobre tal doutrina, o que possibilitou a publicação de uma obra que se tornou clássica no pensamento cristão. O título deste livro é "A Trindade" e uma das afirmações centrais é:

Estabeleçamos como fundamental o seguinte: tudo quanto se refere a si mesma, naquela excelsa e divina Sublimidade, refere-se à substância; mas o que se diz em referência a alguma coisa, não se diz substancialmente, mas relativamente. É tão forte o conceito de mesma substância no Pai, no Filho e no Espírito Santo, que se atribui não no plural coletivo mas no singular tudo o que diz de cada uma substancialmente. Dizemos assim, pois, que o Pai é Deus, o Filho é Deus e o Espírito Santo igualmente é Deus, o que ninguém nega falando na ordem substancial. Mas não dizemos que há três deuses, mas um só Deus na sublime Trindade. Do mesmo modo: o Pai é grande, o Filho é grande e o Espírito Santo é grande, mas não há três grandes, mas um só grande. (Agostinho, 1994, p. 201).

O que nos resta diante disso é analisar a doutrina da Trindade com a intenção de que seu conteúdo seja explorado pela reflexão teológica com objetivo de encontrarmos novas perspectivas para a prática e testemunho da fé cristã relacionados principalmente ao sectarismo, individualismo e o essencial para o aspecto missionário da natureza divina. É o que faremos a seguir a partir dos conceitos de unidade, comunhão e missão.



### Doutrina da trindade e alguns apontamentos práticos

A partir do século XIX, após tentativa de uma revisão por completo em todo conteúdo da fé cristã iniciada por Schleiermacher, a doutrina da Trindade voltou chamar atenção de forma expressiva no pensamento teológico. Vários foram os teólogos que descobriram e pronunciaram a riqueza dessa doutrina e as implicações à vida cristã relacionadas a ela. Dentre eles destacam-se Karl Barth, Paul Tillich, Eberhard Jüngel, e atualmente Jürgen Moltmann do lado protestante, Karl Rahner, Leonardo Boff e Raimon Pannikar (historiador e teólogo indiano) do lado católico romano.

O interessante é que na atualidade os teólogos não estão resgatando e discutindo como fator primordial questões metafísicas-ontológicas acerca da referida doutrina (ênfase dada na patrística), embora não as desprezem, mas partem da questão bíblica e das implicações práticas e desafiadoras para a vida e a fé cristãs. Neste sentido, a opinião de Jenson (1990, p. 170) é pertinente, pois:

A análise trinitária de maneira nenhuma está completa, e nem o estará enquanto a batalha entre as identificações de Deus do evangelho e do helenismo não tiver cessado. Está na hora de expor aquelas entre nossas próprias propostas que ainda não foram explicitadas. O primeiro passo é libertar a doutrina da trinitária de seu cativeiro em relação à interpretação anterior da divindade como intemporalidade. (...) A razão teológica que legitima a distinção "imanente"/"econômico" é a liberdade de Deus ... Esta é uma segunda regra.

Partir da questão bíblica significa não querer explicar a doutrina da Trindade em sua essência ou em seus aspectos ontológicos, mas sustentar o caráter de profundo mistério, em que nos resta tão somente crer, aceitar (não sem criticidade) e viver a fé cristã a partir da revelação da Triunidade de Deus. Moltmann ressalta essa distinção ao afirmar:

Há dois pontos de partida para o desenvolvimento da doutrina da trindade: o metafísico e o bíblico. O caminho metafísico pressupõe a demonstração de que *existe* um Deus e que Deus é *um só* ... O princípio bíblico para o desenvolvimento da doutrina da trindade parte dos três diferentes atores da história de Deus: Filho – Pai – Espírito, e então pergunta por sua unidade (2004, p. 266-267).

A primeira perspectiva relevante que a doutrina da Trindade aponta para os cristãos atualmente diz respeito à unidade entre as três Pessoas divinas como reflexo da unidade do povo de Deus. A unidade entre Deus Pai, Filho e Espírito Santo



fundamenta-se na substância comum: *una substantia – tres persona* (Tertuliano). Numa outra perspectiva, a Trindade aponta para três Pessoas unidas que procedem de uma só substância ou essência. Dessa forma, a unidade Trinitária precede a triplicidade de cada Pessoa. E, assim, surge a concepção desafiadora da *unidade na diversidade* ou *multiplicidade na unidade*.

A unidade Trinitária como reflexo para a unidade cristã é assegurada pelo testemunho bíblico, principalmente na pessoa de Cristo Jesus no evangelho de João. Dois textos que justificam tal noção: João 14: 8 a 26 e Jo 10: 30. As palavras do Jesus joanino são marcantes na questão da unidade divina: “eu o Pai somos um”, “quem vê a mim vê ao Pai”, “eu estou no Pai e o Pai em mim”, “o Pai vos dará outro Consolador” e “o Espírito Santo a quem o Pai enviará em meu nome”. Ao mesmo tempo, as palavras do Jesus joanino também são marcantes na questão da unidade dos filhos e filhas de Deus por meio da ação e presença do Espírito Santo, por e em Cristo: “... o Consolador, a fim de que ele esteja para sempre convosco”, “ele habita convosco e estará em vós”, “naquele dia, vós conhecereis que eu estou em meu Pai, e vós, em mim, e eu, em vós” e “o meu Pai o amará, e viveremos para ele e faremos nele morada”.

Tais afirmações bíblicas nos ensinam duas características acerca da unidade divina. A primeira refere-se à completa unidade entre as três Pessoas distintas em suas respectivas ações; a segunda característica nos mostra que a unidade divina não é uma unidade fechada em si mesma e sim uma unidade aberta, convidativa, inclusiva e integradora, pois nos recebe para junto da unidade divina, como o próprio Jesus afirma em João 17: 21: “... para que eles estejam em nós”. Isso se torna uma espécie de co-habitação dos seres humanos no Deus Triúno e do próprio Deus Triúno nos seres humanos. Moltmann novamente destaca importante aspecto no que diz respeito à co-habitação recíproca na divindade e nos seres humanos ao dizer:

Essa coabitação dos seres humanos no Deus triúno corresponde perfeitamente à coabitação inversa do Deus triúno nos seres humanos: “Quem me ama guardará a minha palavra; e meu Pai o amará, e nós iremos até ele e faremos morada junto dele” (Jo 14: 23). A *pericorese* não une somente diferentes da mesma espécie, mas também diferentes de espécies diferentes. De acordo com a teologia joanina, dá-se uma coabitação recíproca de Deus e dos seres humanos no amor: “Quem permanece no amor permanece em Deus e Deus nele” (I Jo 4: 16). (2004, p. 268).

*Pericorese* como substantivo significa o “redemoinho” ou “rotação”; como verbo significa “movimento de um para o outro”, “fazer circular”, “abraçar” ou “abranger”. No que se refere à doutrina da Trindade, a *pericorese* aponta para o movimento interno das três Pessoas unidas (co-habitação recíproca).



O interessante a destacar é que a doutrina da Trindade revela nossa unidade com a divindade, assim como a unidade que temos um com os outros por meio da ação do Pai, do Filho e do Espírito Santo em nós. É bom ressaltar que essa unidade é aberta, inclusiva, convidativa e integradora, como já dissemos acima. Em outras palavras, é uma unidade solidária, que chama e convida a todos indistintamente para tal união, que recebe e acolhe a todos mediante ação divina, ou seja, unidade não excludente, partidária ou sectária.

O aspecto prático para a vida e eclesiologia cristãs a partir da doutrina da Trindade, ligada à questão da unidade como demonstramos até aqui, mostra-nos a união perfeita de diferentes, pois Pai, Filho e Espírito Santo são distintos em si, embora vivam em completa união. Assim, o desafio que temos como Povo de Deus não se trata de somente testemunhar acerca dessa unidade divina e perfeita que nos atinge e nos alcança, mas também em vivê-la a partir dessa fé em nossas comunidades; vivê-la a partir de comunidades cristãs diferentes da qual participamos; vivê-la até mesmo com aqueles que se recusam integrar-se a essa união ("para que o mundo creia"). Aqui se encontra a beleza da unidade cristã que temos em Deus Pai, Filho e Espírito Santo. É o desafio da unidade na pluralidade ou na diversidade. Essa questão da unidade indistintamente deve tornar-se fonte para nossa espiritualidade como cristãos.

Não é difícil perceber as dimensões e a presença do sectarismo, partidarismo ou exclusivismo entre as diversas denominações e pessoas que se consideram cristãs em nossos dias. Infelizmente isso é mais evidente do que a unidade que temos no Deus Trinitário. Se somos desafiados a viver a unidade pericorética até mesmo com aqueles que se recusam a ser cristãos, muito mais ainda entre aqueles que se consideram e se aceitam como tais. O sectarismo também se caracteriza por questões doutrinárias e morais. Achamos que a verdadeira fé ou que a autêntica salvação está no conteúdo daquilo que cremos ou que os outros crêem, ou seja, na *correta doutrina* e na *conduta moral* e não mais na pessoa e obra de Cristo na cruz seguida da graça divina. Por sua vez, o partidarismo se dá por questões de espiritualidade ao acharmos que determinada denominação é mais fervorosa, tem mais o poder, a manifestação ou a presença do Espírito Santo que outras, ou que pelo fato de orar mais, jejuar mais, falar em línguas e, por isso, são mais "espirituais" que os outros. O inverso também pode acontecer ao se considerar herdeiro de uma determinada tradição histórica, identidade reformada ou equilíbrio litúrgico. Por fim, o exclusivismo ocorre porque não queremos abraçar, andar, conviver, participar, estender nossas mãos para testemunhar a unidade que temos em Cristo devido a uma série de preconceitos religiosos que falam mais alto em nosso coração que a vontade de Deus indicando que a unidade é possível em meio à diversidade ou multiplicidade da vida e da fé.

Infelizmente ainda não compreendemos ou temos dificuldades com o ensino de Paulo aos Gálatas quando afirma: "Pois nem a circuncisão é alguma coisa nem a incircuncisão, mas o ser nova criatura" (6: 15) e "Pois todos vós sois filhos de Deus mediante a fé em Jesus Cristo; porque todos quantos fostes batizados em Cristo de



Cristo revestistes. Dessarte, não pode haver nem judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; pois todos vós sois um em Cristo Jesus" (3: 26 a 28). Ou seja, não importa ser judeu ou grego, homem ou mulher, batista ou presbiteriano, pentecostal ou tradicional, branco ou negro, rico ou pobre, pois o que importa é a união com Aquele que transforma nossa vida e nos faz nova criatura e, portanto, o cristianismo enquanto religião particular pouco interessa quando se torna rótulo e sinônimo de "circuncisos" ou "incircuncisos".

A segunda perspectiva relevante que a doutrina da Trindade aponta para nós é a da comunhão com e entre o Povo de Deus, já que a unidade conduz necessariamente à comunhão, pois "a unidade significa a comunhão das Pessoas divinas. Por isso, no princípio não está a solidão do Uno mas a comunhão das três divinas Pessoas" (Boff, 1986, p. 21). Portanto, o modo de ser da unidade Trinitária não caracteriza nenhuma primazia, supremacia ou isolamento de uma para com a outra pessoa. Há um relacionamento estável e perfeito, numa espécie de complementariedade, inter-relação, *circuminsessio* (isto é, íntima e perfeita inabitação de uma pessoa na outra), visto que a ação de uma está relacionada e conectada com a da outra.

Não devemos imaginar que as três divinas Pessoas são como que três indivíduos que, posteriormente, se relacionam em comunhão e se unem. Tal representação não evitaria o triteísmo. Devemos dizer que as Pessoas não apenas estabelecem relações entre si, senão que elas se constituem como Pessoas exatamente pela mútua entrega da vida e do amor. Então, elas são distintas para se unir e se unem, não para confundir, mas para uma conter a outra. (Boff, 1986, p. 110).

A revelação Trinitária de Deus nos mostra não só a unidade perfeita, mas também a comunhão perfeita entre as pessoas distintas em si. "Simplesmente ao ouvir o nome 'do Pai e do Filho e do Espírito Santo', já sentimos que no mistério de Deus deve haver uma comunhão maravilhosa" (Moltmann, 2004, p. 257).

A comunhão que há entre as Pessoas da Trindade tem como fundamento e ponto de partida a concepção do amor ilimitado. Ocorre que esse amor ilimitado, que estabelece a comunhão Trinitária, não se limita somente às Pessoas da Trindade, mas se expande e se estende a toda criação e humanidade. No amor do Pai pelo Filho, relacionado ao amor do Filho pela humanidade, mediado e atualizado pela ação e manifestação do Espírito Santo, nos chama à comunhão divina e passa a ser histórico e concretamente revelado a partir da encarnação do Filho, já que:

Deus é amor, entendido trinitariamente isso significa: desde toda a eternidade, e por essencial necessidade, o Pai ama o seu Filho unigênito. Ama-o com um amor que concebe e gera. Desde toda a eternidade, e por necessidade essencial, o Filho corresponde ao amor do Pai mediante sua obediência e seu devotamento ao Pai. Pai e Filho



são igualmente seres divinos, mas não são a mesma coisa. O Filho é outro em comparação com o Pai, não porém de outra natureza. O íntimo amor trinitário é, portanto, *amor pelo igual*, não por um ser de outra natureza. É um amor necessário, não livre. Se esse amor se expande para fora de si, então deixa de ser apenas aquele que concebe e gera, passando a ser também criador; não mais apenas amor essencialmente necessário, mas também amor livre. Já não se aplica mais somente ao igual em mesmo nível, mas também ao igual em outro plano. O igual já não basta ao igual. Quando esse amor livre e criador encontram correspondência por parte do homem, que em virtude dele foi chamado à existência, então esse amor encontra seu eco, sua resposta, sua própria imagem e com isso sua felicidade na liberdade e no outro. Deus é amor, o que significa que ele é amor gerador e criador. Ele se comparte com seu igual e com o seu outro. (Moltmann, 2000, p. 72).

Moltmann afirma que o Deus Triúno, no amor ilimitado e na plena comunhão em si, quer incluir toda sua criação e todas as pessoas indistintamente. Ocorre que, do ponto de vista humano, cada pessoa, a seu modo, anseia por uma comunhão plena em todas as dimensões de sua vida e existência. Assim, Cristo é o meio que para ambas perspectivas se realizem e meio para que a humanidade encontre a forma essencial de viver essa plena comunhão com Deus, consigo mesmo e com os outros.

Em Cristo, o ser humano é conduzido a ser cada vez mais ele mesmo e a satisfazer ao chamado mais profundo do seu ser, para o qual existe: ter comunhão íntima com Deus. Este evento histórico da graça, que não é mera utopia antropológica, leva a nova humanidade, selada com o Espírito Santo, a cumprir a vocação humana (Proença, 2001, p. 85).

Dessa forma, toda humanidade e toda realidade histórica é incluída e chamada a viver a partir do amor e da comunhão Trinitária. Essa concepção abriu possibilidades para que Leonardo Boff e Jürgen Moltmann tratassem desse aspecto do ponto de vista da sociabilidade e da libertação social. Segundo Sinner (2004, p. 35): "Em termos práticos, Boff assumiu, com suas reflexões ecológico-cosmológicas, um papel pioneiro numa época que não se caracteriza mais por ditaduras militares, mas, em compensação, pela globalização da economia e por suas conseqüências econômicas e ecológicas". Por sua vez, Moltmann afirma: "... procuraremos desenvolver uma doutrina trinitária social. Entendemos a Escritura como o testemunho da história das relações comunitárias da Trindade, revelada ao mundo e aos homens. Essa hermenêutica trinitária conduz a um pensamento relacional e comunitário ..." (2000, p. 33) e tal preocupação se estende com as seguintes indagações feitas pelo próprio Moltmann: "Mas o que tem a ver a doutrina da trindade, que, como muitos afirmam, soa tão "abstrata" e "especulativa", com a práxis política e social da Teologia da Libertação? Como pode a adoração da Santíssima Trindade tornar-se uma força propulsora da libertação de pessoas perseguidas, cativas e abandonadas?" (2004,



p.269). Questões essas que Moltmann vai desenvolver em seu pensamento teológico a partir da doutrina da Trindade.

Assim como Deus nos chama, nos convida, nos inclui e nos aceita para uma comunhão perfeita com seu ser Trinitário, assim também devemos refletir essa mesma comunhão para com outras pessoas, irmãs ou não-irmãs da fé, chamando-as, convidando-as, incluindo-as e aceitando-as, apesar da distinção e, muitas vezes, recusa de nosso ser. A própria comunhão e amor Trinitário se dá entre iguais, mas também se estende ao todo da criação, ao diferente. Dessa forma deve ser nossa vivência, nossa prática e nosso testemunho a partir da comunhão Trinitária, ou seja, vivê-la tanto do aspecto vertical como também horizontal, entre os iguais, mas também com os diferentes. Isso seria uma espécie de “trindade aberta” que cria uma “comunhão aberta”, como afirma Moltmann:

Denominei a comunhão convidativa, integradora e unificadora do Deus triúno de a “trindade aberta” e a delimitarei em relação às imagens da trindade encerrada no “círculo” ou no “triângulo”. A trindade é “aberta” não por carência e imperfeição, mas na prodigalidade do amor que proporciona às criaturas o espaço para viverem a sua vitalidade e o espaço aberto para o desenvolvimento. (2004, p. 268).

Muitas são as áreas e situações para manifestarmos a comunhão e o amor ilimitado a partir da concepção do Deus Triúno em nossa sociedade e para com os mais diversos tipos de pessoas e culturas. Devemos, no entanto, partir do princípio de que o “muro da separação” que existia entre judeus e gentios, negros ou brancos, velhos e jovens, circuncisos e incircuncisos, ricos e pobres, homens e mulheres, ou seja, entre toda diferença e barreira que gerava separação entre as pessoas, foi abolido por Cristo na cruz mediante ação do Espírito Santo em nós. Essa é a mensagem de Efésios 2: 13 a 18, texto que devemos ler e refletir profundamente sobre seu ensino e no que diz respeito à comunhão cristã.

A ação Trinitária em nós cria a comunidade, ou seja, a comunhão entre os santos que deve ser estendida para todos, inclusive aos *desclassificados*, *sem-valor* ou *rejeitados* da nossa sociedade, assim como foi para com os *gentios* na época de Paulo e com os *pecadores* e *publicanos* na época de Jesus. A temática já citada sobre a sociabilidade e libertação implica na questão de espaço, ambiente e relacionamento pessoal em que as diferenças sejam respeitadas e os vínculos comunitários sejam promovidos de acordo com a dignidade humana e com os valores do Reino de Deus. Devemos não nos esquecer também que sobre nós, cristãos, foi confiado o ministério e a palavra da reconciliação “a saber, que Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões ...” (2 Co 5: 18 a 20).

Não se dispor a viver e a desenvolver a comunhão divina a partir do que é revelado na doutrina da Trindade significa que, como Povo de Deus, não levamos a



sério os propósitos e implicações da espiritualidade proveniente do ser de Deus. Recusar o testemunho da comunhão e amor ilimitados representa se fechar cada vez mais em nosso individualismo, radicalismo e orgulho próprio, características estas tão presentes no mundo moderno e que atrapalham a beleza da comunhão convidativa, integradora e unificadora.

Os modernos surtos de individualização na sociedade provocam a suspeita de que um indivíduo moderno constitui o produto da velha regra romana de dominação "divide et impera". Seres humanos individualizados podem ser facilmente dominados por potências políticas e econômicas. A resistência para proteger a dignidade humana pessoal só se dá quando as pessoas se juntam em comunidades e elas próprias determinam a sua vida de modo socialmente consciente. Estas poucas alusões devem bastar para indicar a relevância pública do conceito trinitário de Deus para a libertação de seres humanos individualizados e a relevância da experiência trinitária de comunhão para a formação de uma nova sociabilidade. (Moltmann, 2004, p. 275).

Por fim, a terceira perspectiva que a doutrina da Trindade aponta diz respeito ao aspecto missionário. As três pessoas da Trindade, cada uma em sua missão e ação, atingem e alcançam a dimensão e a realidade humana, promovendo profundas transformações relacionadas à vontade de Deus para a vida humana. É a Trindade envolvida com a missão divina. O Pai cria pela sua Palavra e Espírito. Ao criar, coroa sua obra ao dar vida ao ser humano, homem e mulher criados à sua imagem e semelhança. O Filho torna-se o Verbo encarnado e, a envio do Pai, esvazia-se de sua dignidade e se torna um como nós para revelar e oferecer a unidade e a comunhão com o Deus Triúno mediante Sua obra salvífica e ação do Espírito Santo. O Espírito também é enviado para nos conduzir a essa unidade e comunhão divinas, vertical e horizontalmente, como também para dar continuidade à obra missionária-salvífica a partir da noção Trinitária. Nesta perspectiva Libâneo afirma:

O acesso à Trindade de Deus nos é dado pela Revelação do projeto salvador de Deus na história (Trindade econômica). No princípio de tudo, está Deus Pai. Ele se autocomunica enviando o Filho e o Espírito Santo. O Filho realiza na história seu desígnio salvífico, e o Espírito o atualiza em cada um de nós. A história da salvação e da Revelação parte de Deus Pai, faz-se história no Filho e recebe do Espírito atualização em nossas vidas. Esse é o percurso do Deus-para-nós, da Trindade econômica: Pai, Filho e Espírito Santo (2000, p. 237).

A missão cristã deve ser norteadada pela noção salvífica que se manifesta dentro da história humana por meio da ação Trinitária. Biblicamente, a salvação divina nunca é a-histórica ou trans-histórica propriamente, sobre-natural ou super-natural. O próprio Deus, no evento marcante e norteador de salvação na história de Israel,



revela-se compassivo, gracioso, ouve o clamor do povo sofrido e oprimido e providencia libertação ao “descer” e participar de todo processo histórico até a condução à terra boa e ampla, que mana leite e mel (Ex 3: 7 a 10). Além do aspecto libertador, que é uma das afirmações centrais do Primeiro Mandamento referente a Deus, não podemos esquecer de outros aspectos da missão a partir de Deus que é o da Criação, o do Pacto ou Aliança e o da Presença na história desse povo.

Mas o principal conteúdo da missão divina a partir da doutrina da Trindade se dá mediante a encarnação do próprio Deus em Cristo Jesus. Neste sentido, o paradigma e o referencial da missão cristã é o próprio Cristo em seu ministério, mensagem, crucificação e ressurreição. A primeira implicação cristã para a obra missionária, partindo da experiência do Filho, se dá por meio do “esvaziamento de si mesmo” (Fp 2: 7) que, segundo Proença:

(...) a natureza divina estava em Jesus, mas a mesma não se manifestou no cumprimento de seu ministério terreno. Seu esvaziamento, portanto, consiste no fato de ter deixado de lado a glória, no retraimento voluntário do poder, aceitando dificuldades, o isolamento, os maus tratos, a agonia e, finalmente, a morte, que é o destino de todo ser humano. (2001, p. 45).

Temos muito que aprender de Cristo para uma prática missionária eficiente e fiel à mensagem do Evangelho - a boa-notícia que resulta na salvação integral, na multiplicidade da unidade e na comunhão convidativa, integradora e unificadora do Povo de Deus. Temos muito que aprender de Cristo porque a segunda implicação para a prática da missão integral que deve ser adotada diz respeito à obediência irrestrita à vontade de Deus. Essa obediência que conduziu Jesus à morte de cruz. Não a uma simples e digna morte, mas maldita, vergonhosa, escandalosa e humilhante. Contudo, na dedicação da obediência irrestrita, vem a glorificação mediante o evento da ressurreição que o Pai realiza por meio do Espírito. Neste sentido, novamente Proença tem algo muito importante a acrescentar:

Aquele que fôra “obediente até à morte, e morte de cruz” (Fp 2: 8), recebeu total aprovação do Pai quanto à missão por ele realizada, e a maior prova disso foi o fato de o Pai o ter ressuscitado, pelo poder do seu Espírito. O mesmo Deus que, aparentemente, abandonou seu Filho na cruz é quem também dele se aproxima para reerguê-lo dentre os mortos (...) Aquele que sofrera as agonias do inferno na cruz, entrando na mais profunda humilhação no estado da morte, fato que é chamado pelo Credo Apostólico de “desceu ao Hades”, agora ressurgiu pelo poder de Deus. (2001, p. 67).

O ressurgimento do Filho está relacionado à Sua exaltação que, como obra divina, deve ser interpretada à luz da obediência irrestrita e da verdadeira humildade em seu constante auto-esvaziamento até à morte. O ato divino da ressurreição do



Filho representa a inversão da lógica humana, pois a exaltação e glorificação encontram-se naquele que foi humilhado e indigno. Desse modo, a exaltação divina torna-se uma espécie de protesto de Deus contra a justiça e o direito dos seres humanos pelos quais Cristo foi crucificado, protesto esse que também faz parte da missão cristã no mundo.

Assim, a mensagem da ressurreição do Filho, que também deve motivar a missão cristã, é obra do Espírito que, permanentemente, atualiza os valores do Reino proclamados nas palavras e nos atos do Cristo encarnado, que se evidenciam na obra missionária direcionada para toda realidade até que a justiça e a paz se prevaleçam no processo histórico, apontando para a plenitude que, escatologicamente, já está se consumando. Assim, o conteúdo da missão não é buscar a imitação moral de Cristo, pois esta envolve vários outros elementos, como aponta Proença:

Devemos ponderar que o seguimento de Jesus não consiste em sua imitação moral, uma vez que sua situação histórica é em princípio irrepetível. O Espírito de Cristo é quem faz recriar a história humana de Jesus agindo naqueles que possuem agora a vida de Cristo, fazendo com que estes, mediante sua práxis histórica, universalizem os ensinamentos e os atos de Jesus. (...) Da mesma forma o Espírito Santo é experimentado corporalmente pela nova humanidade em Cristo, pois o corpo já está sendo permeado pelas forças vivificantes do mundo futuro, sendo que a expectativa da parusia não é fuga do mundo, nem é experimentada num simples aguardar, mas numa iniciativa criadora na promoção da justiça e da paz neste mundo. É função dessa nova humanidade colaborar com Deus na antecipação da plenitude de seu Reino, tornando já no presente, pelo seu agir missionário, algo visível da nova criação que Cristo consumará em seu dia. (2001, p. 96, 98)

Esse mesmo Espírito que agiu no Filho, em sua ressurreição e glorificação, é o mesmo Espírito que age por meio da Igreja e daqueles que se propõem a realizar a obra missionária do Reino de Deus. O Espírito é o que atualiza o conteúdo da prática missionária do Filho à igreja e às pessoas, indicando às mesmas o caminho e os valores que devem seguir, que não é outro senão o da cruz, pois:

O caminho da cruz é o paradigma desta missão pelo fato de ser o referencial que indica o meio pelo qual Deus quer redimir, e a ressurreição por indicar o lugar para onde Deus deseja conduzir a história da sua criação. Portanto, se o Pai aprovou o caminho percorrido pelo Filho, não há outro pelo qual a igreja deva trilhar no cumprimento de sua missão. (...) Assim, o Gólgota é escatologicamente o fim do mundo presente, e a ressurreição o começo do mundo novo, a antecipação do juízo de Deus do qual nasce o Reino da justiça. (Proença, 2001, p. 128, 130).



Assim como cada Pessoa da Trindade realiza um ato missionário salvífico (boa notícia do evangelho) em direção à humanidade, também somos chamados e motivados a cada vez mais desempenhar e nos envolver com a obra missionária tomando o referencial da cruz, na confiança de que a glorificação virá, assim como foi para com o Filho.

Portanto, a unidade e a comunhão não devem ficar reservadas ou limitadas ao âmbito das nossas comunidades, igrejas ou grupos pequenos, mas devem transpor tais instâncias, ir além desses grupos organizados e muitas vezes limitados. É o testemunho e a proclamação do novo ser (nova criatura ou nova humanidade), a partir da ação Trinitária, que deve nos motivar a fim de que o Reino seja expandido e presente onde ainda é ausente enquanto realidade histórica. As três Pessoas da Trindade estão em constante agir missionário para promoverem a unidade e a comunhão de todos e de tudo até à plena consumação: "quando, porém, todas as coisas lhe estiverem sujeitas, então, o próprio Filho também se sujeitará àquele que todas as coisas lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos" (1 Cor 15: 28).

### Conclusão

A partir da compreensão, desafios e experiências tratadas até aqui, uma decisão individual e comunitária é central: estar relacionado com o Deus Triúno é estar relacionado com o fundamento que possibilita mudanças em nosso ser e em nosso modo de viver diante de Deus e para com os outros. Sem abertura para tais mudanças, apenas *co-existiremos* como e entre cristãos; com a abertura, passaremos a experimentar a *con-vivência* com tudo o que está relacionado à natureza Trinitária em termos de unidade, comunhão e missão.

Estas mudanças em nosso modo de viver com Deus e com os outros a partir da noção Trinitária de unidade, comunhão e missão implica em viver e agir contrários aos valores que regem o mundo excludente, a lógica capitalista e a razão moderna caracterizados pelo domínio, conquista e produção, como nos informa Moltmann:

Em virtude do conhecimento teológico de Deus e de sua história, chegamos a uma descoberta nova do pensamento trinitário, conduzindo ao mesmo tempo a uma profunda transformação do conceito moderno de razão: do domínio para a comunhão; da conquista para a participação; do produzir para o perceber (2000, p. 24).

Na experiência de unidade, comunhão e missão a partir da Trindade divina, o Pai, o Filho e o Espírito Santo se sacrificam para a plenificação da vontade de Deus na vida e história humana: Deus cria todas as coisas e envia seu único Filho para morrer sacrificialmente; o Filho encarna-se e morre na cruz sendo inocente, justo e justificador, ou seja, sofre por amor ao Pai e a nós; o Espírito Santo acompanha o



Filho em seu ministério terreno e atualiza em nossas vidas a vida do Filho. Cabe a nós assumir as mesmas características da unidade, comunhão e missão presente na Trindade também na mesma perspectiva sacrificial que conduz à glorificação.

Unidade, comunhão e missão, eis o que a doutrina da Trindade nos ensina e nos desafia como cristãos em termos de teologia prática-comunitária-missionária na promoção da justiça, da paz e do Reino de Deus diante de uma realidade cada vez mais marcada pela individualidade, apatia, narcisismo, descaso e consumismo, o que leva as pessoas cada vez se distanciarem e isolarem umas das outras e de Deus.

### Bibliografia

AGOSTINHO, Santo. *A trindade*. São Paulo: Paulus, 1994.

BOFF, Leonardo. *A trindade, a sociedade e a libertação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CATÃO, Francisco. *A trindade: uma aventura teológica*. São Paulo: Paulinas, 2000.

JENSON, Robert W. "O nome triúno de Deus". In: BRAATEN, C. E. & JENSON, R. W. (Eds). *Dogmática cristã*. São Leopoldo: Sinodal, 1990. 2 v.

Índios. Legião Urbana. CD Música para acampamento. Faixa 10, nº 64.671.216 Emi, 1997.

KEELEY, Robin (Org). *Fundamentos da teologia cristã*. São Paulo: Vida, 2000.

LIBÂNIO, J. B. *Eu creio, nós cremos*. São Paulo: Loyola, 2000.

MOLTMANN, Jürgen. *Experiências de reflexão teológica*. Caminhos e formas da teologia cristã. São Leopoldo: Unissinos, 2004.

\_\_\_\_\_. *Trindade e reino de Deus*. Uma contribuição para a teologia. Petrópolis: Vozes, 2000.

Os credos ecumênicos. Disponível em: <http://www.teologia.org.br/estudos/credos.htm>. Acessado em 18 Mar. 2005, 14h.

PROENÇA, Wander de Lara. *Cruz e ressurreição*. Londrina: Descoberta, 2001.

SINNER, Rudolf von. "Hermenêutica ecumênica para um cristianismo plural. Reflexões sobre contextualidade e catolicidade". In: *Estudos teológicos*. São Leopoldo: EST, 2004.

TILLICH, Paul. *História do pensamento cristão*. São Paulo: ASTE, 1988.